manchete

Público

19-04-2012

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453

Temática: Política
Dimensão: 677
Imagem: S/PB
Página (s): 1/4

Governo inscreveu 200 milhões a mais nos juros da dívida por precaução

PSD e PS indicam maçons para o Constitucional

Paulo Saragoça da Matta e Conde Rodrigues, escolhidos pelo PSD e PS para o Tribunal Constitucional, são membros do Grande-Oriente Lusitano p4

manchete

Público

19-04-2012

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 51453

Temática: Política
Dimensão: 677
Imagem: S/PB
Página (s): 1/4

Candidatos do PS e PSD ao Tribunal Constitucional são da maçonaria

Conde Rodrigues e Paulo Saragoça da Matta pertencem à obediência mais influente, o Grande Oriente Lusitano. Juízes salientaram ontem que membros do TC devem ser "à prova de todo o juízo crítico"

Parlamento
Maria José Oliveira

José Conde Rodrigues e Paulo Saragoça da Matta, indicados pelo PS e pelo PSD, respectivamente, para ocuparem as funções de juízes do Tribunal Constitucional (TC) pertencem ao Grande Oriente Lusitano, a corrente maçónica mais influente em Portugal. A escolha destes dois maçons – os nomes reuniram o consenso de socialistas e sociais-democratas – surge poucos meses depois da controvérsia originada pelo PSD relativamente à maçonaria. Em Outubro do ano passado, num relatório sobre as alegadas fugas de informações e escutas a um jornalista, envolvendo os serviços secretos, o PSD designou a maçonaria como um "grupo de pressão", "influente", que, naqueles casos, "afectava a credibilidade" das secretas.

O PÚBLICO tentou falar com Conde Rodrigues e com Saragoça da Matta, mas ambos estiveram incontactáveis até ao fecho desta edição.

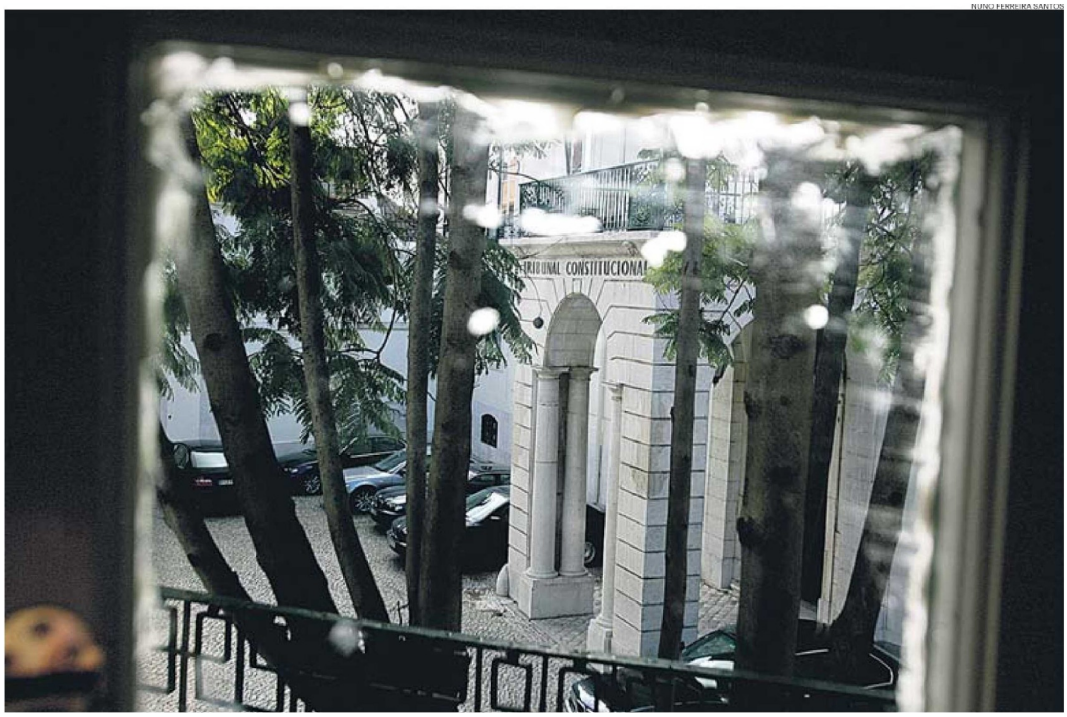
Conde Rodrigues, que foi secretário de Estado da Cultura de António Guterres e secretário de Estado da Justiça, com António Costa, e da Administração Interna, com Rui Pereira, é o nome que suscita mais polémica, uma vez que, apesar de os socialistas terem apresentado a sua candidatura na quota de magistrados para o TC, há muito que este magistrado não está no activo.

Em Julho do ano passado, após a derrota do PS nas legislativas, pediu uma licença sem vencimento de longa duração, estando actualmente a trabalhar no escritório dos advogados Rogério Alves e Luís Filipe Carvalho. Em Setembro último, porém, foi eleito, por indicação da bancada socialista, membro efectivo do Conselho Superior do Ministério Público.

O adiamento da votação parlamentar prevista para amanhã dos nomes propostos pelo PS, PSD e CDS (os centristas escolheram Fátima Mata-Mouros) não se deveu, como foi ontem veiculado à Lusa por fonte do gabinete da presidente do Parlamento, à necessidade de "salvaguardar o tempo e a serenidade necessários" para as audições na 1.ª comissão. O PÚBLICO apurou que o novo agendamento da votação – será a 4 de Maio – foi motivado pelo facto de Conde Rodrigues ter de aguardar por uma tomada de posição do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais sobre o seu requerimento, apresentado na segunda-feira, para levantar a licença sem vencimento. O PS já reiterou que não irá recuar na sua proposta, tendo recolhido o apoio do PSD, que, através da vice-presidente da bancada, Teresa Leal Coelho, afirmou ao *Jornal de Negócios* estar "confortável" com a escolha.

Saragoça da Matta, docente da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, sócio de uma firma de advogados e penalista com presença habitual na comunicação social, não provoca menos polémica do que Conde Rodrigues. Ontem, ao fim da tarde, juízes e magistrados, nomeadamente a Associação Sindical dos Juízes Portugueses (ASJP) e o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP), manifestaram publicamente as suas reservas sobre as propostas do PS e do PSD. Fátima Mata-Mouros, que tem estado no Tribunal da Relação de Évora e é a única juíza doutorada no país, parece ser a única que obtém consenso.

À Lusa, o presidente da ASJP, José Mouraz Lopes, sublinhou que o TC "é um órgão demasiado importante para que haja dúvidas ou equívocos sobre os juízes que o compõem", destacando que neste tribunal "houve juízes-conselheiros, desembargadores e alguns de primeira instância [como Conde Rodrigues] que tiveram não menos de 15 anos de carreira". Em sintonia com Mouraz Lopes, Rui Cardoso, do SMMP, disse que "algumas nomeações não estão à prova da crítica dos portugueses". Os juízes do TC, acrescentou, deviam ser "à prova de tudo, de todo o juízo crítico de qualquer português".



NUNO FERREIRA SANTOS

A votação parlamentar dos três nomes propostos para o Palácio Ratton foi adiada para 4 de Maio, depois de audições na 1.ª comissão

TC não estará estabilizado antes de Junho

Novo presidente será da área socialista

Com o adiamento para 4 de Maio da eleição dos juízes indicados pela Assembleia da República, o processo de estabilização do Tribunal Constitucional vai ainda demorar, pelo menos, mais um mês. E por isso a apreciação da constitucionalidade dos cortes de salários e dos subsídios na função pública e pensionistas, previstos no Orçamento do Estado, vai ter de esperar.

É que não basta o Parlamento eleger os três candidatos: depois, os 12 juízes vão ter de cooptar o 13.º para completar o elenco do TC, e só então pode ser eleito, entre os treze, o novo presidente. Este será sempre da área do PS, devido ao tradicional acordo de alternância. O actual presidente, Rui Moura Ramos, foi cooptado na área do PSD e mais tarde eleito presidente.

A lei exige que seis dos escolhidos sejam juízes de carreira, o que levou o PS a indicar Conde Rodrigues por essa quota. No entanto, se o ex-secretário de Estado não conseguir a reintegração, o elemento a cooptar pelo PSD terá de ser magistrado. **L.B.**